ADB

Boletim da Associação dos Diplomatas Brasileiros
Ano XVII Nº 73 Abril/Maio/Junho 2011
ISSN 0104–8503

Combustíveis: a autossuficiência é possível?

Entrevista com a embaixadora da Malásia no Brasil, Sudha Devi K. R. Vasudevan

Japão: diplomatas brasileiros relatam ações em meio ao caos deixado pelo terremoto

Em virtude de mudanças ocorridas no sistema de informações do Ministério das Relações Exteriores, **solicita-se aos associados informar o novo endereço eletrônico** para que possamos atualizar a lista para envio de nossa correspondência.

DSE – Recadastramento de Aposentados e Pensionistas

O Departamento do Serviço Exterior realizará o recadastramento anual de aposentados e beneficiários de pensão civil, em cumprimento aos artigos 9º e 10º da Lei 9.527/1997. Os procedimentos para o recadastramento foram estabelecidos pela Portaria 497/2011, publicada na Seção 2 do Diário Oficial de 16/6/2011.

O período de recadastramento será de 1º/8/2011 a 30/9/2011. A documentação deverá ser entregue na Divisão de Pagamentos, nos postos no exterior (Embaixadas, Consulados, Escritórios) ou nos Escritórios Regionais no Brasil.

Estão disponíveis, no Intratec, o folheto explicativo sobre assuntos de pessoal versando sobre o tema, bem como formulário e declarações necessários para o recadastramento. Cópias impressas dos folhetos serão encaminhadas aos Escritórios Regionais e postos no exterior e estão disponíveis nas DP e DPAG. Mais informações poderão também ser obtidas pelo e-mail dpag.folhainativos@itamaraty.gov.br.

Associados residentes no Rio de Janeiro

Estará no auditório do ERERIO, a convite da ADB, o Dr. Antonio Torreão Braz Filho, no dia 28 de julho de 2011, às 10:00 horas, para reunir-se com os associados residentes no Rio de Janeiro (ativos, aposentados e pensionistas), para prestar os esclarecimentos sobre o andamento de todas as ações movidas contra a União.

Na ocasião, nossos associados poderão dirimir as dúvidas existentes.

Solicita-se a presença de todos os interessados.

Somos – como se tem declarado – autossuficientes em petróleo, ou não? O assunto é de importância maior, tanto para a política energética do Brasil, quanto para o bolso dos muitos e muitos milhões de proprietários de veículos automotores. Nesse sentido, a ADB entrevistou o diretor-executivo da União da Indústria de Cana-de-Açúcar (Unica), Eduardo Leão de Souza; o doutor em cooperação energética, cooperação sul-sul, integração regional e meio ambiente e mudanças climáticas pela Universidade de Campinas (Unicamp), Cláudio Egler; o mestre em economia na América do Sul, integração Sulamericana, relações econômicas internacionais e relações Brasil-EUA pela Unicamp, Corival Alves; o PHD em cooperação Sul-Sul, integração regional da América Latina, negociações internacionais e economia brasileira do desenvolvimento pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), Alexandre Cunha Leite.

Dando prosseguimento às entrevistas de Embaixadores acreditados junto ao Governo brasileiro, o presente número do nosso Boletim publica as respostas da Embaixadora da Malásia, dato Sudha Devi K. R. Vasudevan, das quais vale ressaltar as perspectivas de uma maior cooperação brasileiro-malásia em matéria, entre outros campos, de biocombustíveis, biodiversidade, de comércio bilateral e de possibilidades de investimentos brasileiros na Malásia, aproveitando a posição geográfica daquele país, de que é exemplo o investimento da Vale que usará a Malásia como plataforma de distribuição de seu minério de ferro para toda a região.

Este Boletim destaca, com grande entusiasmo, a eleição do professor José Graziano como Diretor-Geral da FAO.

Os perfis do Itamaraty no Twitter, Facebook e YouTube se popularizam e atraem cada vez mais seguidores interessados na política externa brasileira. Nesse sentido, a matéria a respeito destaca a seguinte declaração do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Antônio Patriota: "Fico especialmente contente em constatar que, por esses meios, chegamos ao público jovem. É importante ver jovens interessados em política externa".

Hoje aposentado e, quando no serviço ativo, um dos grandes expoentes da área econômica do Itamaraty, o Embaixador Carlos Augusto de Proença Rosa, autor de "Historia da Ciência", que acaba de ser editada pela Fundação Alexandre de Gusmão, concedeu à ADB entrevista sobre esta obra monumental que é o resultado de dez anos de pesquisas ininterruptas e de consultas a mais de 600 fontes de informação entre livros, revistas especializadas e outras publicações.

Há muito que os "punhos de renda" não servem mais, sob forma de caricatura, para representar o trabalho do diplomata. Se mangas arregaçadas, grande espírito cívico, sentido profundo do dever, rápida capacidade decisória, senso organizacional e esforço sem medir horas de trabalho podem constituir elementos de caricatura, são os que cabem hoje em dia. Exemplo disso, entre muitos outros, nestes tempos de catástofres climáticas e situações de guerra civil, é o belo e árduo trabalho realizado pela Embaixada do Brasil em Tóquio e pela rede de Consulados brasileiros no Japão por ocasião do trágico terremoto e terrível tsunami que assolaram aquele país onde vive uma grande comunidade de brasileiros.

Como em todos os números, o Boletim apresenta a seção Prata da Casa com novidades literárias.

Por fim, este Boletim encerra com homenagens a três diplomatas recentemente falecidos:

- o Embaixador Ramiro Elysio Saraiva Guerreiro, que foi Ministro das Relações Exteriores e sob as ordens de quem tive a honra e o privilégio de servir quando fui Chefe do então Departamento do Cooperação Cultural, Técnica e Científica
- o Embaixador David Silveira da Motta Jr
- o Embaixador Oswaldo Biato, meu dileto colega da ADB

Guy M. de Castro Brandão
Presidente da ADB

Entrevista

11
Em entrevista, a embaixadora da Malásia no Brasil, Sudha Devi Vasudevan, fala sobre suas ideias para fortalecer as relações econômicas e culturais entre os dois países

Redes Sociais

17
Com perfis no Twitter, Facebook e YouTube, o Itamaraty difunde informações para os interessados na política externa brasileira

Entrevista

21
O embaixador Carlos Augusto de Proença Rosa conversou conosco sobre seu monumental *História da Ciência*

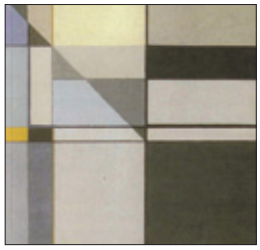
Capa

4
Especialistas analisam as causas por trás da elevação do preço dos combustíveis brasileiros e o discurso da autossuficiência em petróleo

Japão

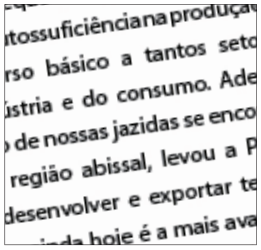
25
Diplomatas brasileiros contam suas experiências durante os difíceis dias após os terremotos de 11 de março

Prata da Casa



32
Nesta edição, a resenha de *Viagens no multiculturalismo: o comitê para a eliminação da discriminação racial, das Nações Unidas, e seu funcionamento*, de José Augusto Lindgren Alves

Homenagem



35
Boletim da ADB presta homenagem à memória dos embaixadores Ramiro Elysio Saraiva Guerreiro, David Silveira da Mota Jr. e Oswaldo Biato

Stéferson Faria/Agência Petrobras

O DISCURSO DA AUTOSSUFICIÊNCIA EM PETRÓLEO E A CRISE NOS COMBUSTÍVEIS

Afinal, quais são as causas por trás da elevação do preço dos combustíveis brasileiros?

O cidadão brasileiro tem acompanhado o aumento dos preços da gasolina e do álcool combustível durante o primeiro trimestre deste ano. O **Boletim da ADB** entrevistou especialistas para analisar as razões dessa elevação de preços e entender por que o discurso iniciado pelo ex-presidente Lula sobre a autossuficiência brasileira na questão de combustíveis ainda precisa de tempo para se concretizar.

Para o diretor-executivo da União da Indústria de Cana-de-Açúcar (Unica), Eduardo Leão de Souza, duas das principais razões para o encarecimento de combustíveis nas bombas foram a falta de chuvas, que acarretou uma diminuição de 10% da safra 2009-2010, e o aumento inesperado da demanda – mais de três milhões de automóveis foram vendidos em 2010, segundo a Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores (Fenabrave). "Foram problemas conjunturais que provocaram redução da oferta de etanol anidro – que é misturado à gasolina e serve de combustível", afirma Souza.

Para o doutor em cooperação energética, cooperação Sul-Sul, integração regional e meio ambiente e mudanças climáticas pela Universidade de Campinas (Unicamp), Cláudio Egler, a produção de combustíveis no Brasil não tem acompanhado o ritmo de crescimento do crédito oferecido para os brasileiros, o que teve como consequência o aumento da frota de carros. "O mercado doméstico está ativo, mas a economia não está aquecida", analisa Egler.

Segundo o mestre em economia na América do Sul, integração sul-americana, relações econômicas internacionais e relações Brasil-EUA pela Universidade de Campinas, Corival Alves, outro fator que contribuiu para a alta dos preços foi o mercado de álcool desregulado. A explicação dada pelo economista é que, com a elevação do preço das *commodities* no mercado internacional, os produtores de cana-de-açúcar optaram pelo mais rentável – produção de açúcar para exportação. "Por isso, os produtores só abastecerão o mercado interno com álcool combustível se a rentabilidade for acompanhar o lucro obtido com a produção de açúcar para exportações", especifica.

Devido a todos esses fatores, o etanol teve que ser reduzido na composição da gasolina – que até o final de abril correspondia a 23% e, em maio, chegou a 18%. "A situação

Stéferson Faria/Agência Petrobras

foi tão grave que o governo chegou a consultar o preço do álcool no mercado internacional, quando a estrutura mais produtiva e eficiente do mundo, de produção do setor, é a nossa", lembra Cláudio Egler.

Mesmo com esse cenário, a previsão dos especialistas é de que não deve faltar combustível no Brasil. "Provavelmente a situação vai melhorar a partir de maio, com a safra 2011/2012 da cana-de-açúcar. Além disso, o preço do açúcar no mercado internacional estabilizou, o que possibilita a oferta de álcool combustível", estima Egler.

Em pronunciamento no dia 6 de maio, em Brasília, o ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, afirmou que a Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras) vai aumentar de 5% para 15% a participação na produção do etanol no Brasil. O objetivo é dar condições para que a estatal possa controlar o preço e o abastecimento do combustível.

NOVO CICLO DO ETANOL – Conforme o diretor-executivo da Unica, para retomar um novo ciclo de investimentos no setor é preciso haver um diálogo maior com o governo. "Essa conversa tem que ser focada na melhoria e na competitividade do etanol originário da cana-de-açúcar, com investimentos de logística para construção de novas usinas e redução nos custos de transporte de cargas, por exemplo", sinaliza.

A previsão, de acordo com Leão, é de que com a aprovação da Medida Provisória nº 532, de 29 de abril de 2011 – que dispõe sobre a política e a fiscalização das atividades relativas ao abastecimento nacional de combustíveis que transfere a regulação do setor para a Agência Nacional de Petróleo –, os caminhos se abram para a formação de políticas públicas que incentivem investimentos na área, tanto por parte do governo, quanto do setor privado. "É um investimento necessário, já que mais de mil municípios no País são impactados positivamente pela atividade do setor sucroenergético, capazes de gerar mais de 1 milhão de empregos", avalia.

NAS ENTRELINHAS DO DISCURSO – Em um pronunciamento feito em 21 de abril de 2006, o então presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva afirmou que o Brasil havia chegado à autossuficiência na produção do petróleo.

No entanto, segundo os especialistas, a realidade não é essa. "Não existe país autossuficiente, pois todos dependem de dois diferentes tipos de petróleo e quase nenhum possui os dois em quantidade suficiente para a autossuficiência", explica o economista Cláudio Egler.

São dois os tipos de petróleo: o pesado, mais adequado à produção de asfalto e combustível para máquinas; e o leve, do qual são extraídos mais facilmente a gasolina, o diesel

Importações na Balança Comercial

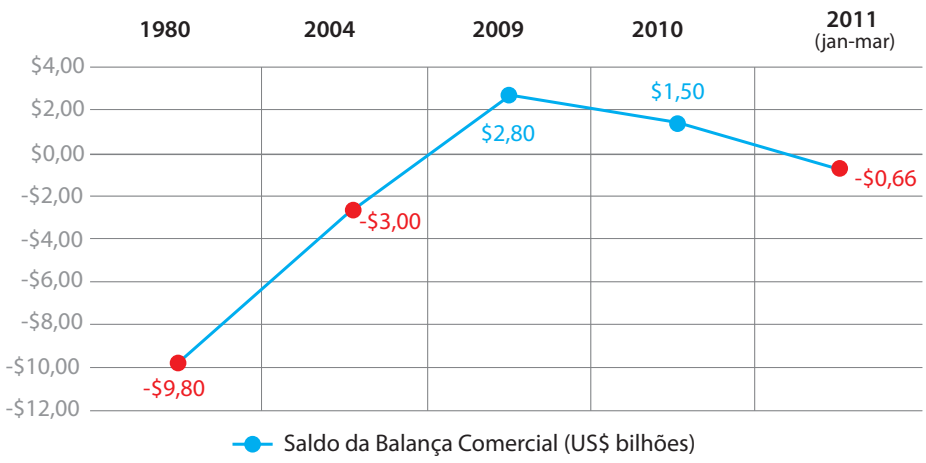
Estudos da Petrobras indicam que, em 1980, o consumo de petróleo era de aproximadamente 1,5 milhão de barris por dia, com uma produção nacional diária de 187 mil barris – fato que resultou em um dispêndio de US$ 9,8 bilhões com importações de petróleo. Em 2004, o balanço das importações e exportações de petróleo e derivados causou um déficit ao Brasil de US$ 3 bilhões.

Esse cenário perdurou até 2009, quando a situação se inverteu. Foram exportados US$ 15,2 bilhões e importados US$ 12,3 bilhões. Nesse ano, a balança comercial da Petrobras fechou com superávit em volume e valor – 156 mil barris por dia, resultando em uma verba de US$ 2,8 bilhões.

Em 2010, por conta do aumento da demanda, o superávit foi menor. Dados da Petrobras apontam que as exportações de petróleo e derivados nesse ano somaram 697 mil barris por dia, enquanto as importações cresceram 96% - como reflexo do aumento da procura de combustíveis no mercado. Com esse quadro, a balança comercial foi reduzida para 82 mil barris por dia, com saldo financeiro de US$ 1,5 bilhões.

Neste primeiro trimestre de 2011, o aumento nas importações de petróleo permaneceu. Ao todo, foram introduzidos 38 mil barris por dia, que acarretaram um saldo financeiro deficitário de US$ 656 milhões. A causa, segundo relatório da Petrobras divulgado em maio deste ano, foi a necessidade de recomposição de estoque de gasolina por conta do crescimento da demanda.

Saldo da Balança Comercial (US$ bilhões)



e a nafta petroquímica. De acordo com dados da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), a produção nacional de petróleo atinge 2 milhões de barris por dia e apenas 2,4 mil deles são de petróleo leve - o que representa, atualmente, um quinto do necessário para o consumo diário no País. Os quatro quintos restantes são importados. A previsão da ANP é de que as importações de petróleo leve e derivados atinjam a cifra de US$ 18 bilhões neste ano.

O petróleo leve também é obtido por meio do refino do petróleo pesado, e essa atividade custa caro aos cofres do governo brasileiro. Atualmente, a Venezuela e a Arábia Saudita possuem a tecnologia de refino. "A solução para o Brasil é importar petróleo leve para fazer a mistura com o petróleo mais pesado e, assim, abastecer os postos de gasolina do País", aponta Egler.

"Não existe país autossuficiente, pois todos dependem de dois diferentes tipos de petróleo e quase nenhum possui os dois em quantidade suficiente para a autossuficiência", explica o economista Cláudio Egler.

Segundo Cláudio Egler, falta tecnologia no Brasil para extrair e refinar apropriadamente o petróleo pesado. Além disso, a qualidade desse tipo de petróleo extraído de nossos poços é ligeiramente inferior a de outros países. Esses dois fatores acarretam duas desvantagens. "Além de precisarmos importar o petróleo leve, o petróleo pesado exportado pelo Brasil tem uma cotação mais baixa que a do petróleo árabe, por exemplo", afirma o especialista.

Balanço da ANP em 2010 aponta que o petróleo nacional foi vendido a aproximadamente US$ 50, contra os quase US$ 100 do barril da Arábia Saudita – tido como o maior exportador mundial do petróleo tipo Brent, extraído no Mar do Norte, no Oceano Atlântico, situado entre as costas da Noruega e da Dinamarca ao leste, e comercializado na Bolsa de Londres.

O CAMINHO PARA A AUTOSSUFICIÊNCIA – De acordo com o PhD em cooperação Sul-Sul, integração regional da América Latina, negociações internacionais e economia brasileira do desenvolvimento pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP) Alexandre Cunha Leite, para que a autossuficiência seja possível é preciso investimento em tecnologia nas refinarias. "E isso não é uma tarefa exclusiva do setor privado, é preciso ter apoio por parte do Estado", sentencia o economista.

Alexandre Leite aponta também que os campos experimentais na camada de pré-sal das bacias de Santos e Campos produziram um petróleo leve e de boa qualidade, o que pode nos levar a uma menor dependência de importações do produto. "Existe a possibilidade de que o discurso de Lula sobre autossuficiência se confirme, mas isso depende do investimento em tecnologia e das ações no setor nos próximos anos", completa.

A previsão dos economistas é de que a produção de petróleo leve aumente nos próximos sete anos, tanto por causa da descoberta de petróleo leve nas bacias do Espírito Santo e Sergipe, quanto pela construção das novas refinarias Abreu e Lima, em Pernambuco; Comperj, no Rio de Janeiro; e duas refinarias *premium*, uma no Ceará e outra no Maranhão. Os empreendimentos, que produzirão resinas derivadas do nafta diretamente do petróleo bruto, serão feitos com recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), do governo federal.

De acordo com pronunciamento feito pelo diretor de Abastecimento da Petrobras, Paulo Roberto Costa, em 13 de maio, quando concluídas as obras, será possível processar mais 1,35 milhão de barris diários, a partir de 2018. Segundo ele, a capacidade será suficiente para abastecer o País se a economia crescer até 4,5% ao ano.

Com o pré-sal e as novas refinarias, o Brasil se coloca em uma posição relativamente confortável, por ser uma das três fronteiras mundiais possíveis de expandir a exploração petrolífera – em compasso com a Venezuela e o Canadá. "Por isso, é preciso saber negociar as reservas que tem, já que petróleo é a principal *commodity* do mercado internacional", observa Leite.

EXPLORAÇÃO E REFINARIAS, UMA EQUAÇÃO CRESCENTE – Mais de 85% da produção do País é proveniente da bacia hidrográfica de Campos, situada na costa norte do Rio de Janeiro, onde predomina o petróleo pesado e ultrapesado. O restante é dividido entre as bacias do Solimões (AM), Espírito Santo (ES), Santos (SP), Potiguar (RN), Sergipe (SE), Alagoas (AL), Ceará (CE), Recôncavo (BA), Camamu (BA) e Tucano-Sul (BA).

Conforme o balanço da ANP realizado em março deste ano, essas instâncias totalizaram uma produção de mais de 2 milhões de barris de petróleo por dia – entre o tipo leve e pesado. "Como o volume do mineral na modalidade leve não atende às necessidades do País, é preciso importar um quinto

"Existe a possibilidade de que o discurso de Lula sobre autossuficiência se confirme, mas isso depende do investimento em tecnologia e das ações no setor nos próximos anos", diz Alexandre Leite.

Jefferson Fávia/Agência Petrobras

Pré-sal traz novo modelo de exploração

Foi sancionada em 22 de dezembro de 2010, pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a lei que define novas regras para a exploração de petróleo na camada de pré-sal. O dispositivo alterou o modelo de exploração de petróleo do pré-sal e concessão para partilha de *royalties*. De acordo com a legislação, organizações contratadas para explorar os blocos deverão compartilhar os lucros com o Estado. As escolhidas serão aquelas que destinarem a maior parcela da produção para o governo.

À época, Lula vetou o artigo que tratava da divisão dos *royalties* de petróleos entre estados e municípios brasileiros. O modelo original que havia sido aprovado pelos parlamentares estabelecia que essas quantias seriam divididas de acordo com os percentuais do Fundo de Participação dos Estados e dos Municípios. Assim, seria competência da União compensar os estados produtores pelas perdas com a partilha.

Com as emendas no texto, Lula encaminhou ao Parlamento um Projeto de Lei (PL) que garante uma parcela maior de recursos aos estados produtores de petróleo. O PL encaminhado determina que sejam feitas rodadas de licitação de blocos de pré-sal no novo modelo de partilha estabelecido pela legislação vigente. A expectativa do governo é de que o dispositivo seja votado ainda este ano.

Outro dispositivo suprimido por Lula destinava metade do lucro do Fundo Social do Pré-Sal a programas de educação. Nessa linha, será criada uma comissão para definir qual percentual deverá ser repassado para os setores de educação, esporte, meio ambiente, ciência e tecnologia, além do combate à pobreza no País.

Stéferson Faria/Agência Petrobras

do óleo que vai para as refinarias brasileiras", constata o mestre em economia Alexandre Leite.

Por meio de sua assessoria de imprensa, a Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras) explicou que a importação ainda é necessária porque as refinarias brasileiras foram projetadas para processar petróleo leve importado, pois foram construídas antes da descoberta de grandes volumes de petróleo pesado na Bacia de Campos.

A Petrobras planeja a modernização e ampliação do número de refinarias no Brasil e no exterior. O objetivo é aumentar o volume de petróleo nacional pesado a ser processado, atingindo uma capacidade de produção de derivados suficiente para atender a demanda interna e também excedente, para exportação.

PROJEÇÃO PARA INVESTIMENTOS NO SETOR – De acordo com o Plano de Negócios da Petrobras para o período 2010-2014, a empresa aplicará US$ 224 bilhões na ampliação do setor de petróleo, gás natural e biocombustíveis – o que corresponde a US$ 45 bilhões investidos anualmente.

Petróleo e gás natural serão prioridades, e contarão com investimento de US$ 118 bilhões - 53% do total. O Plano de Negócios da Petrobras expõe também que US$ 73,6 bilhões serão destinados ao refino, transporte e comercialização tanto de petróleo como de seus derivados e que US$ 3,5 bilhões serão aplicados na produção, logística e comercialização de etanol e biodiesel.

Etanol, a alternativa sustentável

Em tempos de acordos internacionais para a diminuição das mudanças climáticas, como foi o caso da 15ª Conferência das Partes (COP-15), da Organização das Nações Unidas (ONU), realizada em dezembro de 2009, uma das saídas para o alto consumo de combustível está no etanol – cuja queima emite menos gás carbônico no ar. "O álcool, além de reduzir a emissão de gases causadores do efeito estufa, atua como sequestrador de carbono por meio das plantações", analisa Alexandre Leite.

Sob o ponto de vista do diretor-executivo da Unica, Eduardo Leão, a queima de combustível proveniente do etanol representa não só um ganho ambiental, mas também de saúde pública. "Estudos recentes feitos pela Universidade de São Paulo (USP) demonstraram quanto os sistemas público e privado de saúde economizaram por causa da diminuição do índice de doenças cardiovasculares e respiratórias nas grandes cidades por causa do uso do etanol", alega.

Lívia Barreto

Descendente de indianos, a embaixadora dato da Malásia no Brasil, Sudha Devi K. R. Vasudevan, é representante da diversidade cultural da Malásia.

AS PORTAS ESTÃO ABERTAS

Em entrevista concedida ao **Boletim da ADB**, a Embaixadora dato da Malásia no Brasil, Sudha Devi K. R. Vasudevan, falou sobre suas ideias para o fortalecimento das relações entre a Malásia e o Brasil, sobre as políticas de seu país para enfrentar a desigualdade social e reduzir a pobreza, e sobre a imagem mais comum que os malásios têm sobre o nosso país, entre outras questões. Confira nas páginas seguintes.

Do seu ponto de vista, que aspectos da cooperação bilateral entre o Brasil e a Malásia parecem ser os mais promissores?

Desde que as relações diplomáticas entre a Malásia e o Brasil foram estabelecidas em 1959, as relações têm sido calorosas e amigáveis e nunca houve qualquer grande problema. Contudo, as relações não mantiveram o *momentum*, pois tivemos um intenso intercâmbio de visitas entre 1995 e 2003 – nesse período o presidente Fernando Henrique Cardoso visitou a Malásia e o primeiro-ministro da Malásia veio ao Brasil duas vezes. O desafio atual é fortalecer as relações. Existe um forte desejo de fortalecer as relações, porque o Brasil é um parceiro importante para a Malásia, devido a sua posição na América Latina. O Brasil é um dos principais parceiros comerciais da Malásia e, dada a nossa cooperação anterior, eu acredito que é uma questão de explorar oportunidades.

Em sua opinião, como as relações econômicas entre os dois países podem ser fortalecidas?

A cooperação entre a Malásia e o Brasil, no momento, é vista principalmente como comercial e econômica. Como mencionei, o Brasil é um dos nossos principais parceiros comerciais e o comércio entre nossos países tem crescido estavelmente – de US$ 600 milhões em 2000 até atingir US$ 2,95 bilhões em 2010. Eu acredito que, apesar das trocas econômicas estarem crescendo positivamente, nós também devemos ampliar a base desse comércio e olhar para os produtos não tradicionais.

Além disso, eu penso também que o Brasil pode utilizar a Malásia como uma janela para a Associação de Nações do Sudeste Asiático (Asean) - uma região dinâmica, que possui uma população de 600 milhões de pessoas e um PIB combinado de US$ 1,5 trilhão. Os empresários brasileiros podem aproveitar as oportunidades proporcionadas pela Asean e os empresários malásios também podem aproveitar a oportunidade para olhar para o Mercosul.

Eu também acredito que poderíamos aprofundar as relações Sul-Sul entre o Brasil e Malásia. A Malásia está se desenvolvendo como o ponto central de distribuição *Halal* na Ásia – *Halal* é como são chamados os produtos *koshers* para os muçulmanos – e o Brasil é um grande produtor de carne e fornecedor de produtos derivados de animais. Há um enorme potencial para os dois países trabalharem juntos nessa oportunidade e se consolidarem no mercado de produtos *Halal* no Oriente Médio e outras nações árabes.

Penso também que poderíamos promover mais visitas focadas e missões especializadas. Recentemente, em outubro de 2010, uma delegação brasileira de comércio e investimento foi à Malásia e duas missões malásias, especializadas nas áreas de alimentos e bebidas e terceirização de serviços, também vieram ao Brasil. Este tipo de visitas permite que se tenha conhecimento de primeira mão sobre o que está disponível em termos de oportunidades de mercado. Eu acredito que deveria haver mais incentivo para isso.

E, para facilitar uma maior cooperação econômica, deve haver um marco jurídico adequado, na forma de um acordo sobre dupla tributação – Malásia e Brasil estão negociando para concluir esse acordo e eu espero que isso aconteça em um futuro próximo. Talvez a Malásia e o Brasil devam pensar em formar uma parceria ou um conselho empresarial para apoiar os empresários que estivessem interessados em investir em um dos dois países. Esse conselho poderia não apenas fornecer informação, mas também servir como um catalisador para esses empresários.

A Malásia tem *expertise* na construção de estradas e produção de monotrilho. Temos empresas que têm feito incursões na Índia e no Oriente Médio. Nós temos aqui no Brasil uma empresa chamada Scomi, que fez uma parceria com a empresa brasileira C. R. Almeida - a parceria chama-se Brascomi - e ela competiu em um projeto de monotrilho em São Paulo e está à procura de outros projetos, uma vez que o Brasil terá

"Há um enorme potencial para os dois países trabalharem juntos nessa oportunidade e se consolidarem no mercado de produtos *Halal* no Oriente Médio e outras nações."

muito trabalho de infraestrutura a ser feito na preparação para a Copa do Mundo e para as Olimpíadas. Essas são algumas das minhas ideias sobre como as relações econômicas podem ser expandidas.

A respeito da cooperação científica e tecnológica, que tendências a senhora considera as mais promissoras? Na sua opinião, no que diz respeito às novas tecnologias, como o Brasil pode contribuir para a Malásia e a Malásia para o Brasil?

Há muito progresso no desenvolvimento das ciências da vida e na tecnologia da informação e comunicação (TIC) e ciências ambientais, mas o que está em destaque são as tecnologias verdes. Em 2009, o governo da Malásia tomou a importante decisão de dar especial importância à tecnologia verde. Foi criado um ministério específico para esse assunto - o Ministério de Energia, Tecnologia Verde e Água, e também foi lançada uma política nacional para a tecnologia verde.

A Malásia produz biocombustíveis a partir de óleo de palma e o Brasil produz etanol a partir da cana-de-açúcar, o que significa que os dois países visam desenvolver tecnologias ambientalmente sustentáveis. Brasil e Malásia poderiam trabalhar para tornar esta tecnologia mais facilmente comercializável. Há um grande potencial nesta área. Outra área com grande potencial é a biodiversidade. Malásia e Brasil, juntos, possuem uma grande reserva de biodiversidade e podemos compartilhar experiências em pesquisas sobre as florestas e biodiversidade, porque é para esse objetivo que o futuro vai.

Reduzir as desigualdades sociais e eliminar a pobreza são dois dos maiores desafios tanto para o Brasil quanto para a Malásia. O que o seu país tem feito a esse respeito e o que o Brasil pode aprender com a experiência da Malásia (e vice-versa)?

A Malásia é uma sociedade plural e, desde que ganhou a independência em 1957, herdou uma estrutura onde a igualdade social entre os principais grupos étnicos teve de ser encarada como um grande desafio para o desenvolvimento do país. Entre 1967 e 1970, era aceito que a desigualdade e a pobreza eram dois assuntos que o país deveria enfrentar para garantir seu progresso futuro.

Em 1970, o governo lançou uma política chamada Nova Política Econômica, que apresentava dois objetivos principais. O primeiro era eliminar a pobreza. O segundo era reestruturar a sociedade para que a atividade econômica exercida não fosse identificada com a raça ou etnia. Deixe-me explicar. No contexto da Malásia, antes da Nova Política Econômica, era considerado natural que os chineses tivessem os negócios, os malásios trabalhassem na agricultura e os indianos na mão de obra das plantações. Raça e atividade econômica foram ligadas. O objetivo da nova política foi oferecer oportunidades iguais para todos.

Essa política conquistou resultados positivos e elementos dela continuaram a fazer parte dos planos de cinco anos da nação. (A Malásia agora está em seu 10º plano de cinco anos.) Nós reduzimos a pobreza que alcançava 49% da população em 1970 para 3,6% em 2007.

A principal estratégia foi assegurar que haveria crescimento efetivo na renda das pessoas. Não é uma política que retira as pessoas de seus ambientes de origem e reestrutura a sociedade. O país teve que melhorar e oferecer programas voltados para as pessoas.

Acredito que o Brasil possui o seu próprio programa e também acredito que a situação de cada país é diferente. No caso da Malásia e do Brasil, ambos somos países multiculturais – embora a Malásia seja também multirreligiosa – e ambos dependemos de *commodities*, então os governos têm que apresentar estratégias reais para garantir que a economia seja transformada. No caso da Malásia, para acompanhar os desafios de um mundo globalizado, nós passamos de um país que depende de borracha, óleo de palma e outras *commodities*, para a manufatura de produtos eletrônicos. Agora nós temos outras estratégias para tornar a Malásia um país de alta renda.

Acredito que o primeiro passo para os bons resultados obtidos foi identificar o problema e organizar uma estratégia – uma vez feito isso, foram necessários entre 25 e 30 anos para alcançar nosso objetivo. Isso é progresso. Além de possuir um programa, é importante desenvolver também um mecanismo que meça o sucesso obtido. Uma vez que você consegue mensurar os resultados, você é capaz de avaliar se a sua estratégia está funcionando.

A maior parte das trocas comerciais entre o Brasil e a Malásia envolve o setor eletro-eletrônico, mas o mundo está

se movendo em direção a uma economia mais voltada para o conhecimento e a oferta de serviços. Como o Brasil pode ajudar nessa questão?

A Malásia transformou sua economia ao acompanhar o desenvolvimento global e as exigências do Plano Nacional de Desenvolvimento. O governo, agora, sabendo muito bem que precisa resolver o desafio de se tornar uma economia de alta renda, elaborou um Programa de Transformação Econômica, feito paralelamente ao Programa de Transformação do Governo.

São dois *fronts*. O princípio do Programa de Transformação do Governo é descrito em seu *slogan*: "1Malásia – Pessoas primeiro, *performance* agora". Isso significa que agora nos movemos juntos e damos prioridade para as necessidades da população. O governo deve apresentar resultados. O objetivo é tornar o governo mais eficiente, melhorar os serviços públicos e torná-los acessíveis para todos os malásios, seja de que religião, raça ou região do país eles forem.

Para fazer isso, o governo identificou seis áreas-chave nacionais que precisam ser enfrentadas, tais como corrupção, redução de crimes, infraestrutura rural básica, sistema público de transporte, aumento do padrão de vida e melhoria dos resultados dos estudantes. Além disso, sob o Programa de Transformação Econômica, doze áreas-chave econômicas nacionais foram identificadas, a saber, agricultura, serviços financeiros, saúde, turismo, educação, óleo, gás e energia, óleo de palma, elétrica e eletrônica, Grande Kuala Lumpur/Vale Klang, atacado e varejo, serviços empresariais, conteúdo e infraestrutura de comunicação. O governo entende que há oportunidades de crescimento nessas áreas e já fez o mapeamento do que é necessário ser feito. As oportunidades estão lá. As empresas brasileiras poderiam investir nessas áreas. As portas estão abertas.

O governo pode atuar como um catalisador, mas seria o setor privado o responsável por levar o programa adiante. Esse cenário oferece uma excelente oportunidade para empresas brasileiras investirem na Malásia, pois há um ambiente amigável para investimentos e também um governo estável.

No que concerne aos empresários malásios, penso que a intenção do Brasil em investir em infraestrutura é uma oportunidade, porque nós temos a *expertise*. Ainda que nenhuma empresa malásia tenha efetivamente conseguido qualquer projeto, o importante é continuar tentando.

"O governo pode atuar como um catalisador, mas seria o setor privado o responsável por levar o programa (de desenvolvimento) adiante. É uma excelente oportunidade para empresas brasileiras investirem na Malásia."

O que tem acontecido em relação às áreas de cultura, ciência e educação?

Essa é uma área que continua inexplorada. No que diz respeito à cultura, a Malásia e o Brasil possuem ligações históricas em comum, visto que os portugueses ocuparam a Malásia por 130 anos, entre 1511 e 1641. Nós temos, até onde eu sei, mais de 250 palavras portuguesas no idioma malásio – como bola, igreja, queijo, garfo, sapato... Temos uma comunidade de descendentes de portugueses no estado de Melaka. As conexões históricas existem, é apenas uma questão de retomá-las.

No que diz respeito a trocas científicas e educacionais, a Malásia é um centro de excelência em educação. O idioma pode ser uma barreira, mas há um número crescente de estudantes brasileiros que dominam a língua inglesa e, por isso, seriam capazes de participar de qualquer curso na Malásia. Eu acredito que o futuro valorizará cada vez mais o contato direto entre as pessoas, o que pode levar a uma maior compreensão entre as culturas. Esse contato pode ser feito por meio de intercâmbios, maior colaboração entre *think tanks*, os meios de comunicação, pode haver encontros entre grupos do Senado brasileiros e do Parlamento malásios, as possibilidades são muitas.

Divulgação – Embaixada da Malásia

As Petronas Twin Towers marcam a pujança de Kuala Lumpur, capital da Malásia.

Qual é a imagem mais comum que os malásios têm sobre o Brasil?

Quando crianças, ainda na escola, todo estudante malásio aprende sobre a seringueira, que é originária do Brasil. Aprendemos que o nome científico da seringueira é *Hevea brasiliensis* e esse é um dos primeiros contatos que temos com o Brasil – a árvore, a floresta, a Amazônia. Além disso, as primeiras imagens que vêm à cabeça quando pensamos no Brasil é o futebol, o carnaval e a Garota de Ipanema. Preciso sublinhar que o país de vocês é visto de maneira muito positiva, vocês têm talento – veja Pelé e a legião de jogadores que vieram depois dele, veja o carnaval e o samba, que significam riqueza cultural. O carnaval de vocês se tornou um dos mais aguardados eventos culturais do mundo e hoje todos os malásios querem vir ao Rio para participar dessa festa. Os fãs de Fórmula 1 lembram-se de Ayrton Senna, Nelson Piquet e agora Felipe Massa, Rubens Barrichelo.

Com o progresso econômico, o Brasil ganhou mais importância no cenário mundial, e ainda mais depois que foi escolhido como o anfitrião da Copa do Mundo e dos Jogos Olímpicos. O Brasil ficou maior no mapa mundial e essa impressão inclui a Malásia. O Brasil é a quinta maior economia mundial, um membro do BRIC e G20, vocês tiveram o presidente Lula, que foi um líder bastante carismático. Mais importante ainda, a Malásia está empolgada porque vocês elegeram uma mulher para a Presidência da República.

Que empresas malásias se destacam no mercado brasileiro?

Além da Scomi, temos também a Supermax Brasil Importadora S.A., uma *joint venture* entre a empresa malásia Supermax Corporation Berhad e a brasileira Vaticano Importadora. Essa empresa importa e distribui luvas de borracha para o Brasil e a América Latina.

A mesma pergunta, mas em relação a empresas brasileiras – quais se destacam no mercado da Malásia?

A Vale vai investir US$ 166 milhões na Malásia, em um lugar chamado Teluk Rubia, no estado de Perak. O investimento será feito em locais para a distribuição de minério de ferro. A Vale usará a Malásia como ponto de distribuição do material para toda a região. O local já foi escolhido, as construções já começaram e o empreendimento deve estar operacional em 2013.

Qual o número de visitantes brasileiros na Malásia e qual o principal propósito dessas visitas?

Os números que possuo são, principalmente, sobre turistas. Cerca de 6.500 brasileiros por ano visitam a Malásia. Esse número tem aumentado, pois há mais opções de rotas de viagem. Temos voos de Kuala Lumpur para Buenos Aires via África do Sul e

também várias opções de voos pelo Oriente Médio, via Dubai e Doha, até São Paulo.

Além de turismo, há também brasileiros que viajam para a Malásia a negócios e há empresários brasileiros que vivem na Malásia, embora eu não tenha os números exatos para essas categorias.

O que a senhora pensa sobre Brasília?

Brasília é uma cidade planejada, muito diferente de Kuala Lumpur. Brasília permite gerenciar melhor o tempo e não apresenta todo o estresse de outras capitais. Mas é uma cidade desafiadora devido a sua localização, no meio do País – as distâncias para outras cidades são muito grandes. Como país, o Brasil é abençoado com os recursos naturais, a diversidade, a cultura, o calor humano. Acredito que tem grande potencial e deve alcançar seu futuro no palco mundial.

Que outras cidades brasileiras a senhora já visitou?

Eu estive em Salvador, no Rio, em Foz do Iguaçu e, no final de maio, estive em Manaus.

Qual a sua opinião pessoal sobre o Brasil?

Cada cidade tem seu próprio charme. O Rio é o que o mundo conhece, a cidade turística do Brasil, possui pontos turísticos espetaculares, as praias de Copacabana e Ipanema... Salvador possui um contexto histórico, já que foi a primeira capital do Brasil e concentra a maior população de uma capital nordestina. Eu amei a comida de lá, pois, além de ser apimentada como a comida malásia, também reflete o caráter multicultural da região. A comida baiana é excelente.

FAO News

José Graziano eleito diretor-geral da FAO

A ADB registra, com especial entusiasmo, a eleição, em 26 de junho de 2011, do professor José Graziano da Silva como diretor-geral da FAO, cujo programa de gestão abarca as seguintes metas principais:

1. Ir além da Meta de Desenvolvimento do Milênio e reduzir à metade o número de pessoas que passa fome em todo o mundo e buscar o engajamento de todos os países para que a erradicação seja possível até 2025.

2. Estimular a produção de alimentos utilizando sistemas de produção agrícola social e ambientalmente responsáveis e aplicar medidas que corrijam desequilíbrios entre a oferta e a procura por alimentos.

3. Uma abordagem mais integrada e abrangente da FAO com o FIDA, o PMA e todo o sistema ONU para trabalhar questões como governança global para alimentação e segurança alimentar, mitigação e adaptação às mudanças climáticas e questões relacionadas ao comércio, inocuidade de alimentos, além de uso e conservação de recursos naturais.

4. Conclusão do processo de reforma para que a organização possa concentrar-se nos desafios.

5. Aumentar a Cooperação Sul-Sul e mobilizar os países de renda média e alta para que desempenhem um papel mais atuante, não apenas como doadores de recursos, mas também como provedores de apoio técnico para os programas da FAO.

REDES SOCIAIS:

O CHARME DA DIPLOMACIA CONTEMPORÂNEA

Os perfis do Itamaraty no **Twitter**, **Facebook** e **YouTube** se popularizaram e atraem cada vez mais seguidores interessados na política externa brasileira.

Manter continuamente canais de contato com uma sociedade cada vez mais informada e conectada na rede mundial de computadores tem demandado um espaço maior no exercício da diplomacia contemporânea. Isso ocorre em meio a uma verdadeira revolução da era digital, na qual as novas mídias surgem e se dissipam com uma rapidez avassaladora.

Esse mundo, inédito e constantemente *online*, traz consigo desafios bastante originais em relação aos modos de repassar notícias. "A informação imediata, de forma ininterrupta, disposta em *sites, blogs*, agência e redes internacionais, é tão abundante que o desafio passa a ser a capacidade de processamento, sem descuidar da precisão e da credibilidade", afirmou o ministro das Relações Exteriores, Antônio de Aguiar Patriota, durante a abertura do seminário "A Mídia do Século 21: Novas Fronteiras, Novas Barreiras". O evento foi realizado no Dia Mundial da Liberdade de Imprensa, 3 de maio, em Brasília.

Em concomitância com o crescimento da população do ciberespaço, o Itamaraty está atuante nas mídias digitais. O primeiro contato do Ministério das Relações Exteriores (MRE) com o público virtual foi em 1997, quando a primeira nota – uma mensagem do então presidente do Peru, Alberto Fujimori, ao ex-presidente Fernando Henrique Cardoso – foi publicada no *site* oficial da instituição.

A relação com as redes sociais demorou um pouco mais e foi acontecer somente em 2009, com a criação da conta do órgão no *site* de compartilhamento de vídeos YouTube. No ano seguinte foram criados os perfis no microblog Twitter (@mrebrasil), na rede social Facebook (/Brasil.MRE) e no gerenciador de fotos *online* Flickr (http://www.flickr.com/photos/mrebrasil).

Em pouco mais de um ano, a conta do MRE no Twitter ultrapassou os 11 mil seguidores, ao passo que a conta do órgão no

Curiosidade da vida real

Entre os conteúdos mais acessados do MRE no YouTube está a série Jovens Diplomatas. Com uma câmera na mão e alguns argumentos na cabeça, os recém-chegados ao mundo da diplomacia explicam o porquê de terem decidido inaugurar suas remoções no exterior em postos na África e na Ásia, por exemplo.

Ao todo foram seis vídeos, gravados no começo de 2011. O primeiro capítulo foi ao ar em 25 de março e, em menos de dois meses, mais de 3 mil pessoas acessaram o *site* para conferir a entrevista. Para o ministro Patriota a iniciativa é mais do que um veículo de informações, ela dá ao ministério uma face humana, aproximando os profissionais da diplomacia de um público crescente e interessado na política externa.

A expectativa é que esse seja só o começo de uma longa jornada mostrando um pouco da realidade do corpo diplomático em frente às câmeras. “Esperamos continuar com essa série, mas agora com o apoio dos colegas que estão nas embaixadas fora do País e embaixadores que vão assumir novos postos”, adianta a primeira secretária Alessandra Vinhas.

Facebook fez mais de três mil amigos – entre eles, inúmeros brasileiros que vivem no exterior. No YouTube os números são ainda mais expressivos: as exibições dos vídeos vão além dos 300 mil. Com mais de 25 mil visualizações, o Flickr reúne uma série de fotos oficiais, em alta resolução, que servem como banco de imagens que pode ser utilizado pela grande imprensa.

O último balanço de acessos realizado pela equipe de comunicação do Itamaraty, em maio deste ano, apontou um dado interessante sobre as redes sociais do MRE: mais de 70% dos seguidores estão na faixa dos 18 aos 34 anos. Sobre o fato, o ministro Patriota foi bastante enfático: "Fico especialmente contente em constatar que, por esses meios, chegamos ao público jovem. É importante ver jovens interessados em política externa".

CONTATO MIDIÁTICO – Idealizados por Marcos Nakata, antigo assessor de comunicação do gabinete do porta-voz do Itamaraty, ministro Tovar da Silva Nunes, os perfis nas redes sociais foram criados com objetivo de servir como um canal direto à imprensa. "As novas mídias formam uma ponte capaz de veicular entrevistas, discursos e ações do alto comissariado do Ministério, de modo a atender jornalistas com *briefings*, áudios e imagens em qualquer parte do mundo", declara o ministro Antônio de Aguiar Patriota.

"Como já estou há algum tempo no Itamaraty, tenho noção sobre o que posso publicar. É sempre algo muito pensado", enfatiza a primeira secretária Alessandra Vinhas.

No entanto, como as novas mídias são bastante democráticas, o público-alvo logo se expandiu e o foco do Itamaraty mudou. "Quando percebemos que o público incluía, além da imprensa, a sociedade, passamos a utilizar as redes sociais como uma forma de diálogo direto com o cidadão", ressalta Alessandra Vinhas, primeira secretária do gabinete do ministro Tovar e atual coordenadora dos conteúdos do MRE nas mídias sociais.

Alessandra Vinhas acredita que em nenhuma outra plataforma seria possível haver esse tipo de conectividade com a população de forma tão rápida e precisa. "Esse contato direto com o povo brasileiro é gostoso, porém muito raro quando se ocupa a função de diplomata", resume. Segundo ela, os internautas que seguem os perfis do MRE no Facebook e no Twitter costumam solicitar informações de serviço do órgão, por exemplo, onde ficam os consulados brasileiros no exterior e como providenciar documentações quando se está fora do País.

NOS BASTIDORES DA INFORMAÇÃO – Para manter todas as informações que são disponibilizadas nas mídias sociais do MRE em dia, é preciso ter uma equipe entrosada e mais experiente. "Como já estou há algum tempo no Itamaraty, tenho noção sobre o que posso publicar. É sempre algo muito pensado", enfatiza Alessandra Vinhas.

Além dela, o terceiro secretário Patrick Luna monitora as páginas e o oficial de chancelaria Rafael Beltrame ajuda na publicação de imagens no Flickr e na edição de vídeos no YouTube. "Todos esses trabalhos passam pelo aval do ministro Tovar e da conselheira Lílian Chagas de Moura. Eles estão sempre muito ligados nos conteúdos que irão ser divulgados", pondera a primeira secretária.

Os assuntos divulgados pelas contas do MRE nas redes sociais são bastante variados e vão ao ar com rapidez, mas sem perder a segurança nas informações. "Posto coisas importantes e algumas divertidas, para não deixar o conteúdo com cara de chapa branca, maçante", afirma Alessandra.

Entre as notas que já foram publicadas estão os bastidores da visita do presidente dos EUA Barack Obama ao Brasil – com fotos de momentos mais descon-

traídos, risadas. E também uma matéria da revista *Time Out* sobre a inauguração do centro cultural Brasil-Líbano, em Beirute, e uma entrevista com a *top model* Gisele Bündchen sobre o Dia Mundial do Meio Ambiente, comemorado no dia 5 de junho.

UM ESPAÇO DE TODOS – Mesmo sendo um trabalho executado pela Assessoria de Comunicação, as redes sociais representam um canal de comunicação para todo o MRE. "Podemos congregar várias áreas do Itamaraty, distribuindo produtos, divulgando projetos e ações. Afinal, as mídias sociais existem e são uma grande forma de passar recados e prestar um serviço à sociedade", estima Alessandra Vinhas. "A área cultural do MRE, por exemplo, tem se habituado a divulgar festivais e serviços voltados para brasileiros em diversos países por intermédio das redes sociais", revela.

Na área consular, os trabalhos envolvendo as novas mídias ainda estão no começo, mas possuem um horizonte bem delineado. A proposta do Itamaraty para este ano é enviar uma circular para postos consulares em vários países para saber quais possuem perfil em redes sociais. O objetivo é fazer uma avaliação sobre a experiência das páginas e a repercussão por parte do público. "As contas podem ser criadas para manter um contato dos consulados com os brasileiros ou com nacionais de diversos países. Além de ser mais um canal de divulgação da cultura, da comunidade brasileira e da política externa", prevê Vinhas.

Realidade virtual

O Brasil está entre os países com maior atividade na rede mundial de computadores.

A prova disso foi o estudo "Um Olhar Mais Atento para a Mídia Social no Brasil" feito pela comScore, empresa mundial de pesquisas em *marketing* digital, publicado em março deste ano. Nele, as informações divulgadas apontam que, no Brasil, 99% dos usuários que acessam a internet também entraram em *sites* de redes sociais. A pesquisa informou, ainda, que, quando se trata de novas mídias, o País só está atrás dos Estados Unidos – cujo índice de acesso é de 99,7%.

A popularidade das redes sociais entre os brasileiros é tão grande, que a quantidade de visualizações de páginas dessa categoria de *site* é maior que a soma dessa métrica em países como Índia e Espanha. Somente no mês de março, esses *sites* tiveram 24,8 bilhões de visualizações no Brasil, enquanto Índia e Espanha tiveram 10,6 bilhões e 12,9 bilhões, respectivamente.

Em março, a comunidade virtual Orkut manteve a liderança com 71,9% dos acessos, enquanto o Facebook apareceu em segundo lugar, com 40,8%. O restante dos cliques foi distribuído entre o Windows Live Profile, com 28,6%, e o Twitter, com 21,8%.

Sobre o *microblog* Twitter, o estudo apontou que o Brasil está na terceira posição entre os dez países onde a página possui maior inclusão entre os internautas. O País perde apenas para a Holanda (26,8%) e o Japão (26,6%). Com isso, a pesquisa denotou que, em solo nacional, um a cada cinco internautas acessa a página no decorrer do mês. Na Holanda e no Japão, esse volume sobe para um em cada quatro pessoas conectadas no cyberespaço.

História da Ciência

"Monumental." Assim a obra *História da Ciência*, escrita pelo embaixador Carlos Augusto de Proença Rosa, foi descrita em resenha publicada em nossa última edição. O adjetivo não foi escolhido à toa. Fruto de dez anos de pesquisa e reunido em três volumes – o segundo deles com dois tomos –, o trabalho de Proença Rosa examina a evolução do pensamento científico desde a pré-história até a contemporaneidade e não se furta a pormenorizar obras e feitos de grandes cientistas.

Em entrevista concedida ao **Boletim da ADB**, o embaixador conta que não tinha a intenção de publicar seu trabalho e que cedeu todos os direitos autorais da obra. Para ele, além de ser uma forma de preencher uma lacuna existente no estudo da história da evolução humana, sua *História da Ciência* é um alerta para a falta de discussão sobre o desenvolvimento da Ciência em nosso país. Leia a entrevista completa a seguir.

Verônica Tozzi

Embaixador Carlos Augusto de Proença Rosa, em sua casa no Rio de Janeiro.

O que o motivou a escrever sobre a história da Ciência?

A motivação é a seguinte: há muitos anos eu noto uma ausência, nos livros de História em geral e da civilização, da devida ênfase à importância da Ciência na evolução histórica. Dá-se alguma importância aos aspectos administrativos, econômicos, bastante ênfase ao aspecto militar, diplomático, ao aspecto dos movimentos políticos, mas a parte de Ciência é bastante deficiente. Isso me causava dúvidas sobre a validade daquela interpretação da evolução histórica, uma vez que um elemento essencial dessa evolução não era tratado. Considerando que a Ciência é um elemento decisivo nesse processo, achei conveniente estudar a questão, conjugando-a com os outros elementos do processo da evolução humana. Comecei a fazer esse trabalho em 1999 para meu entendimento da História da Civilização. Depois foi que ele agradou à Fundação Alexandre Gusmão (Funag), que optou por publicá-lo.

Qual a metodologia de pesquisa, as principais fontes de pesquisa?

Desde jovem leio muito sobre História em geral, biografias, incluindo as de muitos cientistas. Estou com uma biblioteca razoável de História da Ciência: sobre História da Matemática, por exemplo, tenho cerca de 12 livros. Sobre História da Astronomia, tenho sete. Tenho cerca de dez livros específicos sobre História da Biologia, além de mais ou menos uns 15 títulos de História da Ciência global. Li um grande número de biografias

de cientistas, cerca de 50. São livros de várias nacionalidades – alemães, italianos, franceses –, traduzidos seja para inglês, espanhol, português, enfim.

Recorri também a revistas especializadas e bastante a internet – entrei em *sites* apropriados, como o de Darwin, onde tive ocasião de ler sete edições das obras do estudioso em inglês, as várias edições com as várias modificações que houve. Por meio da internet tive acesso, por exemplo, a obras de grandes autores, como Newton e Galileu.

Comecei esse trabalho por volta do ano 2000 e terminei em 2010. Foram dez anos de pesquisas, em que ao mesmo tempo estudava e escrevia. E reformulava, pois, cada vez que a pessoa aprende mais, reformula. A documentação que eu tenho é extensa.

Aproximadamente, quantas obras o senhor consultou?

Não quero parecer pretencioso, mas, entre livros, revistas e outras publicações, foram mais de 600.

O senhor entrevistou especialistas?

Ao longo desse período eu fiz alguns contatos no exterior e aqui no Brasil. Mantive contatos nas áreas da Matemática, Física, Química. Fui procurando alguns contatos com professores da área de Ciência. Eram conversas, papos, sobre certos aspectos técnicos ou curiosos. Muitas vezes eu deparava com trechos específicos, muito técnicos e eu queria entendê-los para saber se deveria mencionar ou não. Muitas vezes, o mesmo assunto era analisado em cinco páginas por um autor e apenas em uma linha por outro, dependendo da nacionalidade de cada um. Então eu queria entender por que aquilo acontecia. Eu entendo que a Ciência não tem nacionalidade e, por ser brasileiro, acredito que pude apresentar os fatos de maneira equilibrada.

"Eu não tenho os direitos autorais do livro. Não recebi nada, abri mão e não tenho o menor interesse nisso. Se o livro estivesse disponível na internet eu ficaria felicíssimo, porque acho que meu trabalho é fruto de muita gente. Eu não acho que seja uma obra exclusiva, é de todo mundo."

A quem o livro se dirige: interessados em História, em Ciência, especialistas, estudantes, curiosos, ou a todos eles?

O que aconteceu foi o seguinte: eu não escrevi para ser publicado. Eu escrevi para mim e para minha família, para os meus amigos, para distribuir entre conhecidos, gente particularmente interessada no assunto, que quisesse discutir comigo o tema que eu tinha escrito.

Mas, uma vez publicado, acredito que o livro é um alerta para um problema que eu considero gravíssimo: não se prioriza, no Brasil, a Ciência como um elemento fundamental no desenvolvimento do País. Apesar de reconhecer a importância de soluções no âmbito econômico, acredito que as medidas econômicas, como quaisquer outras medidas, se esgotam em algum momento e precisam ser apoiadas por medidas de outra ordem.

O que acontece no Brasil é que se resolve o problema da industrialização, por exemplo, por meio do Ministério da Fazenda, de medidas econômicas, de política monetária, fiscal, cambial. Aqui se faz a industrialização pensando em importar tecnologia, pois para criar a tecnologia é necessária a Ciência.

Somente por meio da Ciência pura e aplicada é que consolidaremos a tecnologia nacional. Apenas a partir do ano 2002 é que passou a haver uma institucionalização da pesquisa científica e, mesmo assim, com problemas. Na hora em que tem que haver corte no orçamento, o Ministério da Ciência e Tecnologia perde metade da verba.

Não se dá, ainda, no Brasil, valor à Ciência. Todo o debate é do ponto de vista econômico. Nos debates eleitorais, o tema Ciência não existe! Discute-se política fiscal, cambial – são temas importantes, não estou negando –, mas é uma visão míope, parcial, porque não chega, no meu entender, em um elemento fundamental do desenvolvimento, que é a parte científica.

Em outros países existem cursos especiais sobre História da Ciência. Aqui no Brasil um médico se forma sem saber a História da Biologia, se forma em Física e não conhece a História da Física. Isso é uma falha brutal, tremenda. Ninguém nem sabe da existência da Academia Brasileira de Ciências, não sabe nem onde fica. Isso mexe muito comigo. Como diplomata, eu senti muito o problema dos interesses nacionais lá fora e é duro ver o que estão fazendo em outros países, o interesse nos outros países, e aqui a discussão é no varejo.

Uma vez que a lacuna do conhecimento da História da Ciência no Brasil é uma questão cara ao senhor, e tendo em vista seu acesso a publicações por meio da internet, o senhor pensa em tornar o livro disponível gratuitamente na rede?

Eu não tenho os direitos autorais do livro. Eu sou contra direitos autorais, não recebi nada, abri mão e não tenho o menor interesse nisso. Se o livro estivesse disponível na internet eu ficaria felicíssimo, porque acho que meu trabalho é fruto de muita gente. Foi por meio de minhas leituras e dos contatos pessoais que eu mantive no Brasil e no exterior que eu pude fazer o trabalho. Eu não acho que seja uma obra exclusiva, é de todo mundo. Eu recorri a inúmeros autores, a artigos de jornal, para obter informação. Mas não sei como a Funag lidaria com isso.

O senhor está preparando outro livro. Qual será o tema desse próximo trabalho?

O Brasil e a Ciência. Fiz o primeiro sobre a Ciência em geral, para entrar no assunto, agora eu vou ao que me interessa mais, na realidade. Estou estudando a evolução política, econômica e social brasileira e colocando no fundo o que era Ciência no Brasil. Com todas as letras eu digo que não houve Ciência no Brasil-Colônia, por exemplo. Os estrangeiros vinham para cá, estudavam sobre o que existia no Brasil em matéria de Botânica ou Zoologia, mas voltavam a seus países levando tudo o que tiravam daqui, escreviam em holandês, alemão, inglês e o material nem vinha para o Brasil. Isso não é Ciência brasileira. Na época da Monarquia, tampouco houve Ciência. A Monarquia criou duas faculdades de Direito, duas de Medicina, mas isso não é fazer Ciência, evidentemente. Não havia institucionalização, tudo era importado. Na República, começamos a ter um pouco de Ciência aplicada com Manguinhos e Butantã, Oswaldo Cruz etc. O primeiro cientista que faz uma pesquisa específica e descobre algo é Carlos Chagas. Mas, nos anos de 1920, temos a fundação da Academia Brasileira de Ciências, o início de uma comunidade científica, muito poucos deles no Rio de Janeiro e em São Paulo. Contavam-se nos dedos das mãos, mas já havia pessoas interessadas em fazer pesquisas em Matemática, Física, começamos a ter faculdades no Brasil.

"Com todas as letras eu digo que não houve Ciência no Brasil-Colônia, por exemplo. Os estrangeiros vinham para cá, estudavam sobre o que existia no Brasil em matéria de Botânica ou Zoologia, mas voltavam a seus países levando tudo o que tiravam daqui, escreviam em holandês, alemão, inglês e o material nem vinha para o Brasil. Isso não é Ciência brasileira."

O senhor tem a previsão de quando esse livro poderá ser publicado?

Talvez no final de 2012. Estou trabalhando nele, já estou no período Republicano, que devo terminar por volta de março do próximo ano. Terminado o texto, tenho que fazer uma revisão geral, que é complexa. Pretendo ir até o final do governo Lula. Aí dependo muito de certos números, certas estatísticas que tardam um pouco. Não adianta querer precipitar as coisas. Tenho tempo para terminá-lo daqui a um ano, porque eu faço isso, mas não faço apenas isso.

TERREMOTO, TSUNAMI E ACIDENTE NUCLEAR

UMA TRAGÉDIA HISTÓRICA

Diplomatas brasileiros no Japão relatam dramas e experiências em meio aos destroços deixados por uma das maiores catástrofes de que o país teve notícia

Artigo do embaixador do posto em Tóquio, Marcos Bezerra Abbott Galvão, e do ministro-conselheiro da embaixada, Octávio Henrique Dias Garcia Côrtes

Sexta-feira, 11 de março, 14h46, o Japão foi sacudido pelo mais violento terremoto de sua história, o quarto mais forte de que se tem registro em qualquer lugar do mundo. O abalo atingiu 9 pontos na escala Richter e 7 na escala da Agência Meteorológica Japonesa, conhecida como escala Shindo. A escala Richter mede a magnitude da energia liberada por um sismo e não tem limite máximo. A escala japonesa, que vai de 1 a 7, mede a aceleração percebida em um ponto na superfície da terra, ou seja, quantifica a intensidade do tremor naquele ponto.

Os japoneses são um povo acostumado a esse tipo de fenômeno. O arquipélago encontra-se sobre o chamado "círculo de fogo" do Pacífico, próximo da confluência de três placas tectônicas. Trata-se de uma das regiões mais geologicamente instáveis do planeta. Tremores são, portanto, uma realidade do cotidiano do Japão e a preparação para mitigar seus efeitos fazem parte de sua vida

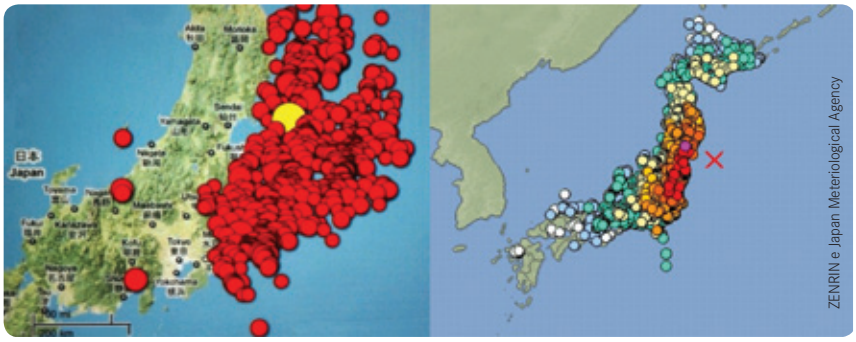
coletiva. O terremoto de 11/3, aliás, teria tido consequências ainda mais trágicas se o país não investisse tanto nessa preparação, sobretudo no que se refere às construções. Vale observar, a propósito, que a quase totalidade das mortes ocorreu não como decorrência do terremoto sem precedentes, mas sim do maremoto que ele desencadeou.

O desastre teve como epicentro um ponto localizado no Oceano Pacífico, cerca de 370 quilômetros a nordeste de Tóquio, e foi sentido em quase todo o território japonês. Alertas de *tsunami* foram emitidos quase imediatamente, e 40 minutos após o abalo principal o maremoto começou a atingir a região de Tohoku, no nordeste do Japão, em frente ao epicentro. As ondas sucessivas, ao se chocarem com a costa, alcançaram em alguns casos altura superior a 20 metros.

Em Tóquio, o terremoto teve intensidade de 5+ pontos na escala Shindo. Com a forte oscilação dos pisos, os funcionários que se encontravam no interior da Embaixada tiveram dificuldade para caminhar, mas todos conseguiram sair ilesos do edifício. Os que estavam nas ruas ou em carros, além dos fortes tremores que se estenderam por quase um minuto, puderam ver prédios, postes e viadutos balançarem de um lado ao outro como se pousados sobre gelatina.

Reunidos em frente da Embaixada, nossa primeira providência foi assegurar-nos de que todos os funcionários estavam bem. A rede de telefones celulares havia-se interrompido, sirenes soavam e muitas pessoas vagavam pelas ruas por conta da paralisação do metrô e dos trens. Por mais acostumados que sejam aos terremotos, havia nos próprios japoneses um ar de choque e perplexidade. Ao mesmo tempo, porém, a experiência, combinada com o temperamento nipônico, revelavam-se na serenidade e disciplina com que enfrentavam a situação, inclusive a total falta de transporte para retornar às suas casas. Muitos deles percorreriam a pé, naquela noite, distâncias de dezenas de quilômetros.

"Estabelecemos contato com os Consulados-Gerais em Tóquio, Hamamatsu e Nagoia – onde todos se encontravam bem – e demos início a um esforço de coordenação para responder da melhor forma possível ao desafio."



Alerta de agências japonesas no dia do terremoto.

Com poucas informações, voltamos cautelosamente para o prédio e verificamos que os telefones fixos e a internet funcionavam. Passados poucos minutos, no entanto, fomos obrigados a deixar o edifício mais uma vez, em razão da primeira réplica de magnitude superior a 7 pontos. Esses tremores secundários foram e têm sido mais frequentes, mais fortes – e vêm se estendendo por período mais longo de tempo – do que se observou quando de grandes terremotos ocorridos anteriormente no Japão. Em menos de uma semana após o dia 11/3 houve nada menos que 536 tremores.

Aos poucos, obtínhamos informações sobre o que havia acontecido e assistíamos pela TV às primeiras e dramáticas imagens do desastre. O abalo principal havia provocado a suspensão de muitos sistemas estruturais. Além da interrupção da circulação dos trens, várias regiões ao norte de Tóquio ficaram sem eletricidade em decorrência da queda de linhas de transmissão. Os piores efeitos, contudo, resultaram do maremoto: imagens mostravam muitas cidades costeiras nas Províncias de Iwate, Miyagi e Fukushima sendo varridas por imensas ondas, e surgiram as primeiras informações sobre quatro usinas nucleares, especificamente as de Fukushima-I, Fukushima-II, Tokai e Onagawa, terem sido afetadas em graus distintos. As indicações sobre o quadro nuclear eram preocupantes e

iriam, com o passar das horas, agregar uma nova dimensão à catástrofe.

Assegurados de que a totalidade dos funcionários da Embaixada estava contabilizada e bem, e de que o prédio da Chancelaria não apresentava comprometimento estrutural visível, apesar de algumas fissuras nas paredes e nos pisos, e de os elevadores terem deixado de funcionar, era preciso nos organizarmos para trabalhar em regime de emergência. A primeira decisão foi de nos instalarmos todos no andar térreo em razão das réplicas que nos obrigavam seguidamente a deixar o edifício. Estabelecemos contato com os Consulados-Gerais em Tóquio, Hamamatsu e Nagoia – onde todos se encontravam bem – e demos início a um esforço de coordenação para responder da melhor forma possível ao desafio.

No Japão, como se sabe, encontra-se a terceira maior concentração de brasileiros em país estrangeiro. Pelas últimas estatísticas disponíveis, cerca de 230 mil compatriotas viviam no arquipélago no início de 2011. A maioria deles reside em regiões a sudoeste de Tóquio e, felizmente, distante das áreas mais atingidas. Havia, contudo, um número expressivo de famílias brasileiras na região de Tohoku, das quais precisávamos obter informações e, até por conta da precária operação do sistema telefônico naqueles momentos, encontramos grande dificuldade para fazê-lo.

A diferença de fuso horário (o Japão está doze horas à frente de Brasília) deu-nos tempo para que as primeiras providências pudessem ser adotadas antes que as notícias repercutissem com mais força em um Brasil que despertaria poucas horas depois. Com o empenho e a dedicação de todos os funcionários, organizamos grupos para lidar com as ações mais urgentes: redirecionar as linhas telefônicas para as novas áreas de trabalho, montar escalas para todo o pessoal que cobrissem as 24 horas do dia, estabelecer canais de comunicação com o governo japonês e com outras missões, monitorar os meios de comunicação locais e internacionais, reunir as informações disponíveis para que pudessem ser disseminadas e acionar a rede de contatos com a comunidade e com a mídia brasileiras.

Foi possível, também, alertar por telefone a Secretaria de Estado, ainda durante a madrugada em Brasília, para modificar a página da Embaixada na internet – na qual incluímos orientações, bem como números telefônicos e endereços eletrônicos –, e transmitir o primeiro telegrama de relato.

É preciso registrar que a divisão encarregada do relacionamento com o Brasil da chancelaria japonesa, o 'Gaimusho', passada apenas uma hora do terremoto, telefonou à Embaixada para saber de nossa

Rodrigo Mendes de Araújo

O secretário Rodrigo Mendes de Araújo registrou cenas chocantes dias depois do desastre.

situação e para se pôr à disposição. Era uma instrução do Ministro dos Negócios Estrangeiros, que determinara prioridade ao contato com os países dotados de maior contingente de nacionais em território japonês.

A mídia internacional já noticiava o "terremoto no Japão" no início da noite daquela sexta-feira e, com o nascer do dia no Brasil, os telefones da Embaixada foram ocupados, como esperávamos, por chamadas que se sucediam incessantemente. Esse movimento só não foi maior porque, através da mídia brasileira, fizemos apelo no sentido de que as pessoas deixassem o telefone apenas para emergências e se dirigissem à Embaixada por correio eletrônico. Recebemos, nas horas seguintes, cerca de 3 mil *e-mails*, respondidos em sua totalidade pelos funcionários que se revezavam nessa tarefa. Apesar de termos estabelecido turnos e divisão de atribuições, nos três primeiros dias a quase totalidade de nossa equipe ficou na Embaixada respondendo a essa demanda. Descansava-se quando e onde era possível, e sempre havia alguém disposto a substituir os mais esgotados.

O planejamento original de nosso trabalho foi sendo adaptado para responder às necessidades que surgiam a cada momento.

Na manhã de sábado, 12/3, a gravidade da crise nuclear começou a revelar-se em sua real dimensão. Dos seis reatores existentes na usina Fukushima-I, três estavam em funcionamento no instante do terremoto e os outros três encontravam-se em manutenção. Estes ainda contêm, no entanto, elementos radioativos nas piscinas de combustível usado que, sem resfriamento, poderiam atingir estado de "criticalidade". Os

Hamamatsu, tão perto e tão longe

Os impactos do terremoto também foram sentidos em Hamamatsu, porém de forma muito mais branda. "Pouco antes das 15h sentimos o edifício do consulado-geral tremer, balançando por intermináveis minutos", rememora o cônsul-geral em Hamamatsu, ministro José Antônio Gomes Piras. Por conta do abalo, os funcionários ocuparam o térreo do prédio – construído há dez anos – onde permaneceram por alguns instantes, até cessarem os tremores.

Apesar disso, a magnitude do terremoto só foi constatada, em Hamamatsu, por meio da internet. Durante toda a madrugada do dia do desastre, a equipe de funcionários permaneceu em alerta, respondendo às consultas de brasileiros e informando-se dos desdobramentos.

A equipe trabalhou, por 30 dias seguidos, com uma jornada de 15 horas por dia, incluindo os finais de semana. Em paralelo, o corpo diplomático do local intensificou os encontros com a comunidade brasileira na região, sempre aos sábados e domingos, para informar as medidas concretas que poderiam ser tomadas na eventualidade de um epicentro local.

O ministro Gomes Piras frisa que, após o tremor, nos dois primeiros dias de funcionamento do consulado-geral nesse período de crise, vieram milhares de brasileiros. "De repente, todos se diziam desesperados para renovar o passaporte e tê-lo em mãos, para o caso de o terremoto de Tokai materializar-se nos próximos dias", recorda.

A corrida pela renovação do documento permitiu uma descoberta importante: o Consulado do Brasil em Hamamatsu constatou que a grande maioria dos concidadãos tinha o documento de viagem vencido há, pelo menos, dois anos. "Chegamos a transcrever o registro de nascimento japonês de criança brasileira de nove anos. A importância de se possuir o registro nunca havia sido reconhecida pelos pais", afirma.

Hamamatsu não apresentou nenhum registro de danos causados pela tragédia de 11 de março. Gomes Piras afirma que a rotina dos habitantes, de modo geral, também se desenvolveu em absoluta normalidade. "Não haveria melhor síntese para o momento do que a resignada constatação 'tão perto, tão longe'", resume. Para ele, do ponto de vista diplomático, essa posição permitiu uma reflexão sobre os acontecimentos, observados a partir de uma distância segura.

Em busca de brasileiros

Uma das maiores preocupações do corpo diplomático brasileiro era certificar-se da segurança dos cerca de 15 mil brasileiros que vivem na província de Ibaraki, localizada imediatamente ao sul da unidade I da usina nuclear de Fukushima I. No dia 13 de março, o Consulado-Geral do Brasil em Tóquio partiu em uma primeira missão em direção à província de Ibaraki, onde visitaram dois abrigos e uma congregação católica, e fizeram uma lista dos brasileiros que se encontravam em segurança.

"Apenas uns poucos perderam suas casas ou bens materiais. Estes foram socorridos e amparados pelos serviços do Brasil, além da ajuda também proporcionada pelas autoridades japonesas", explica o cônsul-geral em Tóquio, embaixador Antônio Carlos Coelho da Rocha.

De acordo com ele, dois dias depois, ainda com as estradas danificadas ou bloqueadas e o crescente perigo de contaminação nuclear, outra missão de emergência, com cinco funcionários, dirigiu-se por rodovia a Sendai, província de Miyagi, no coração da área atingida. "Mantimentos foram entregues e novas listas produzidas, mas o grupo teve que regressar rapidamente, tamanhas eram a situação ainda caótica e as dificuldades encontradas", relata o embaixador.

Foram realizadas, ainda, outras duas missões com o objetivo de localizar e retirar as pessoas da área de maior risco em torno da usina de Fukushima I. No dia 19 de março, uma viagem de Saitama a Onagawa – que, de acordo com Coelho da Rocha, costuma ser feita em quatro horas – "levou o dobro do tempo, e as condições da estrada eram as piores possíveis".

prédios haviam resistido ao tremor, mas o maremoto subsequente cortou a conexão das instalações com a rede elétrica, e os sistemas de retaguarda que garantiriam a refrigeração dos reatores foram caindo sucessivamente. Menos de 24 horas depois do terremoto, o sobreaquecimento provocou a primeira das três explosões de hidrogênio que destruíram parcialmente os prédios dos reatores 1, 3 e 4. A radiação começou a vazar para a atmosfera e contaminar o ambiente. Eram os desdobramentos da situação de "emergência nuclear" em Fukushima, que as autoridades haviam declarado algumas horas depois do terremoto. O governo estabeleceu uma área de evacuação em um raio de 3 quilômetros da usina, que, com o agravamento da situação, foi depois expandido para 10 e, em seguida, para 20 quilômetros.

As informações eram escassas e, por vezes, contraditórias. Tóquio, situada mais de 200 quilômetros a sudoeste da usina, foi tomada por rumores e temores sobre sua segurança. Aos problemas de transporte e abastecimento, que já assolavam parte do Japão em decorrência do terremoto, do maremoto e das continuadas réplicas de tremores, somavam-se riscos de contaminação radioativa do ar e da água. A rede de serviços e logística, levada ao seu limite no dia 11/3, viu ultrapassada sua capacidade de atendimento, e a falta de alguns gêneros passou a ser um dado a mais do cotidiano – sobretudo em razão da compra preventiva de estoques de água e alimentos pela população, e dos problemas na distribuição de combustível.

De concreto, quanto à vida na capital, sabe-se que em Tóquio se registrou, a certa altura, presença anormal de elementos radioativos, com picos nos dias 15/3 e 22/3, ainda que abaixo dos limites estabelecidos como limiar de danos imediatos à saúde humana, e que, durante dois dias em março, a água da

torneira apresentou contaminação radioativa superior ao limite para a ingestão infantil.

Essa realidade exigiu esforço adicional da Embaixada para a obtenção de dados que permitissem um juízo criterioso dos riscos existentes para a saúde dos funcionários e suas famílias em Tóquio, bem como para a comunidade brasileira, da qual fazemos parte, em todo o Japão. Olhando para trás, os fatos sugerem que se adotou a postura correta, respaldada em informações divulgadas pelo governo japonês e complementadas por dados e análises recebidos de especialistas brasileiros da Comissão Nacional de Energia Nuclear(Cnem), bem como de diversas fontes adicionais, inclusive de outros governos dotados de reconhecida capacidade científica na área nuclear. Nenhum desses dados e avaliações apontava para perigos maiores fora das áreas mais próximas a Fukushima-I.

Havia, é natural, um ambiente de apreensão em Tóquio. Mais de vinte e cinco missões diplomáticas seguiram curso distinto do adotado pelo Brasil e pela maioria dos países: deslocaram-se temporariamente para cidades japonesas mais afastadas de Fukushima, ou simplesmente suspenderam suas atividades. Hoje todas estão de volta. Algumas companhias aéreas redirecionaram seus voos da capital para outras cidades japonesas. Vários países montaram e conduziram planos de evacuação de seus nacionais. Numerosos profissionais de empresas privadas estrangeiras partiram. A maioria terá regressado; alguns não voltarão.

As autoridades, desde o início, estabeleceram *briefings* diários para a população, difundidos pelos meios de comunicação, e passaram a conduzir encontros, também diários, no *Gaimusho*, com as representações diplomáticas, em um esforço para conferir transparência aos dados disponíveis. A Embaixada esteve e continua a estar presente em todos eles.

As informações fornecidas pelo governo japonês no sentido de que os níveis de radiação estavam abaixo dos limites de segurança eram objeto de cuidadoso escrutínio pelas embaixadas e aquelas que desenvolveram atividades próprias de monitoramento sempre corroboraram os números oficiais. Foi com base em elementos objetivos, atentamente analisados, que se tomaram as decisões de manter a Embaixada do Brasil funcionando em Tóquio e de recomendar aos nossos nacionais que seguissem as orientações das autoridades japonesas.

Mantivemos permanente comunicação e coordenação com a Secretaria de Estado e com os Consulados-Gerais desde o primeiro dia da crise. Além do atendimento ao público realizado pelas repartições diplomática e consulares no Japão, organizou-se em Brasília sistema de recebimento e disseminação de informações que agilizou o contato entre as famílias brasileiras separadas pela grande distância existente entre os dois países. Na esfera de coordenação interna e com outras áreas do Governo brasileiro, criou-se uma força-tarefa na Secretaria de Estado, com o objetivo de concentrar informações e acelerar providências de resposta à crise.

Dias difíceis

A comunidade brasileira no Japão reúne mais de 250 mil pessoas e concentra-se principalmente no centro e no sul da ilha de Honshu, distantes da cidade de Sendai – Tóquio, por exemplo, fica no centro da ilha, 365 quilômetros ao sul de Sendai. “O pouco conhecimento sobre a geografia nipônica também levou famílias de brasileiros que vivem no Japão ao desespero”, aponta o secretário Rodrigo Mendes Araújo, chefe do setor de Ciência e Tecnologia, Cooperação Técnica e Acadêmica da Embaixada do Brasil em Tóquio.

Mendes Araújo lembra que o drama continuava mesmo depois de encerradas as horas de trabalho. “Quando chegávamos em casa precisávamos acalmar familiares preocupados com o acidente, e não conseguíamos dormir sem sermos acordados por um terremoto de magnitude 5 ou superior”, recorda. O primeiro grande tremor foi seguido por centenas de abalos secundários bastante fortes – *aftershocks* - que ocorreram por quase um mês e meio.

Da tragédia, a soma de óbitos confirmados e pessoas desaparecidas ultrapassa os 23 mil, mas não há registro, até este momento, de qualquer cidadão brasileiro nesse universo. Houve, sim, compatriotas nossos que, vivendo e trabalhando em cidades destruídas pelo *tsunami*, conseguiram salvar-se e, no caso de pelo menos uma família, resgatada pelo Consulado-Geral em Tóquio – que realizou missões para retirar nacionais nossos da região –, retornar prontamente ao Brasil.

A Nossa comunidade, longe de assistir passivamente ao desastre, mobilizou-se rápida e espontaneamente para realizar numerosas ações humanitárias nas regiões atingidas. Numa dessas iniciativas, por exemplo, logo após o terremoto, nossos compatriotas reuniram 30 mil cobertores, que em seguida levaram a abrigos em Tohoku. A Embaixada, em articulação com representantes da comunidade e com o apoio de empresas brasileiras presentes no Japão, participou da organização do movimento "Brasil Solidário" que, entre outras ações, efetuou a doação de 400 bicicletas a adultos e crianças desabrigados. Essas iniciativas espontâneas prosseguem e nos renovam o justificado orgulho em relação à nossa comunidade no Japão.

Agora, a vida no país vai voltando gradualmente a algo mais próximo – ou menos distante – da normalidade. Resta por fazer, é claro, um imenso trabalho de reconstrução, e de atendimento às necessidades dos milhares de pessoas que perderam suas casas e permanecem em abrigos ou moradias provisórias, vivendo em condições precárias e difíceis. E resta, também, como se sabe, a crise nuclear na usina Fukushima-I, com toda sua gravidade e complexidade, para a qual não se vislumbram ainda nem soluções concretas e definitivas, nem prazos seguros para sua superação.

"A Nossa comunidade, longe de assistir passivamente ao desastre, mobilizou-se rápida e espontaneamente para realizar numerosas ações humanitárias nas regiões atingidas."

Apesar desses grandes desafios que o Japão ainda tem diante de si, as atividades econômicas vão sendo retomadas – embora os danos à cadeia produtiva ainda produzam efeitos adversos mundo afora. No Brasil, como se sabe, provocaram até mesmo demissões na indústria automobilística. A queda na geração de energia elétrica exigirá esforço coletivo de redução do consumo no período do verão.

As grandes empresas, no entanto, mantêm seus planos de investimento e parcerias internacionais, destacando-se o nosso país entre suas prioridades. Nesse contexto, evidentemente, também o trabalho da Embaixada retorna pouco a pouco à normalidade, – sempre atento aos resultados negativos da tragédia ainda presentes, bem como a transformações que o evento poderá acelerar, abrindo novos espaços e oportunidades para o nosso intercâmbio bilateral – como poderia ocorrer, por exemplo, nas áreas de energia e investimento em atividades de elevado conteúdo tecnológico.

Para o Itamaraty, o quadro de emergência desencadeado pelo desastre natural, os desafios múltiplos que trouxe, a nossa resposta a demandas e necessidades as mais diversas, nas frentes humanitária, consular, logística, administrativa, diplomática, de comunicação pública e interna, do trabalho de informação e avaliação – em suma, o que se fez e também o que não se fez e o que poderia/deveria ter sido feito – com certeza merecem exame no futuro e seguramente poderão oferecer ensinamentos úteis para nossa instituição e para as novas gerações que, oxalá assim não fosse, haverão de enfrentar acontecimentos para os quais, em última instância, ninguém, nenhum governo ou país está inteiramente preparado. Afinal, como bem sabemos, e ao contrário do que diz a lenda, uma das qualidades do Itamaraty reside não na recusa absoluta do improviso, mas, sim, na capacidade de improvisar, quando preciso, seguindo uma tradição que valoriza o conhecimento de experiências passadas, objetividade na avaliação de situações presentes, equilíbrio, bom senso e espírito público.

Longe de apontar para o conformismo, porém, essa tradição exige justamente que se aproveitem ao máximo as lições das experiências vividas. O aperfeiçoamento de nosso trabalho demanda que busquemos sempre ter de improvisar menos, ao mesmo tempo em que devemos estar preparados para, quando necessário, saber improvisar melhor.

Rodrigo Mendes de Araújo

Movimento Brasil Solidário

Em meio à tragédia que ficou na história do Japão, um grupo coordenado pela Embaixada do Brasil em Tóquio fez uma força-tarefa para tentar ajudar as vítimas deixadas pela catástrofe. Em 10 de abril foram doadas 200 bicicletas e 2 mil litros de álcool foram entregues às prefeituras das cidades de Minami Sanriku e de Ishinomaki, ambas na província de Miyagi. Outras 100 bicicletas e mais 3 mil litros de álcool foram levados para outras cidades.

Como o *tsunami* destruiu várias estradas e ruas, o principal meio de locomoção passou a ser a bicicleta – por isso as doações. Os carros passaram a ser utilizados apenas em casos de emergência, inclusive pelo pouco combustível disponível nas cidades.

O álcool seria utilizado na esterilização de objetos reutilizados e com alta manipulação, como talheres, por exemplo. Os abrigos da região solicitaram o produto para minimizar o risco de transmissão de doenças entre os vários desabrigados, agravado pela falta de água e pela quantidade de pessoas em locais fechados e sem ventilação.

Todos os materiais doados são de origem japonesa. A explicação da Embaixada é que essa foi uma forma de ajudar, inclusive, na dinamização da economia local.

José Augusto Lindgren Alves:

Viagens no multiculturalismo: o comitê para a eliminação da discriminação racial, das Nações Unidas, e seu funcionamento

(Brasília: Funag, 2010, 256 p.; ISBN: 978-85-7631-258-1)

Uma larga experiência com o tratamento multilateral dos direitos humanos autoriza o autor a tratar com notável maestria do CERD. O discurso multiculturalista é uma criação do Ocidente, pelo menos como ideologia, diz Lindgren, que não deixa de refletir sobre os problemas suscitados pela passagem dos direitos humanos tradicionais, isto é, individuais, aos direitos coletivos, de minorias. O exagero das propostas pode levar a novas formas de segregacionismo e de etnocentrismo, ou seja, ao "racismo" de todos. Uma boa visão histórica e argumentos de bom-senso podem revelar como organismos bem-intencionados, como o CERD, podem resvalar para situações absurdas. O autor admite a validade de ações afirmativas, sem um viés racial mais explícito, o que o coloca do lado dos multiculturalistas moderados.

Paulo Roberto de Almeida, Rubens Antônio Barbosa, Francisco Rogido Fins (Orgs.):

Guia dos arquivos americanos sobre o Brasil: coleções documentais sobre o Brasil nos Estados Unidos

(Brasília: Funag, 2010, 244 p.; ISBN: 978-85-7631-274-1)

Elaborado sob forma de um manual de ajuda ao pesquisador, este diretório de arquivos históricos e de fundos documentais disponíveis para o estudo do Brasil em instituições públicas e universitárias dos EUA é extremamente útil ao analista das relações bilaterais. Em termos práticos, ele pode poupar três ou quatro meses na missão de prospecção inicial de todo e qualquer pesquisador, brasileiro ou americano, interessado em explorar o rico manancial de documentos que estão depositados nos EUA e ligados de alguma forma ao Brasil. Além de relacionar fundos e coleções, o Guia instrui sobre como liberar documentos ainda classificados como sigilosos. Um serviço de utilidade pública para todos aqueles que investigam o Brasil a partir da visão americana sobre nossa política, nossa economia e nossa cultura naquelas fontes.

Denis Rolland, Antonio Carlos Lessa (Coords.):

Relations internationales du Brésil: les chemins de la puissance; vol. I: Représentations globales

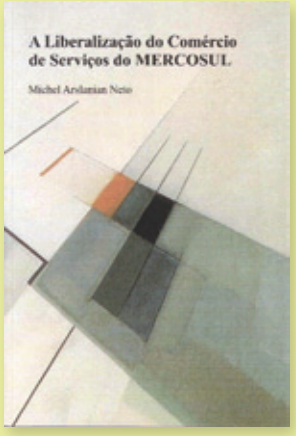
(Paris: Harmattan, 2010, 322 p.; ISBN: 978-2-296-13543-7; 2 volumes)

Um único diplomata brasileiro comparece nesta coletânea acadêmica de estudos (em francês e em inglês) sobre o Brasil no cenário global. Paulo Roberto de Almeida nela figura com um balanço da diplomacia de Lula, um período marcado por algumas controvérsias na frente externa. O que mais se empreendeu, na verdade, foram iniciativas para popularizar a figura do próprio presidente, com algumas brechas em princípios diplomáticos que o Brasil sempre defendeu no campo dos direitos humanos (votações em favor de ditaduras), na cláusula da não intervenção (em Honduras, por exemplo) ou no terreno da não proliferação (Irã). Sua contribuição desvenda o estilo, os procedimentos e os resultados de uma retórica diplomática nunca antes vista na história do Brasil. Já passou, mas atenção: pode voltar!

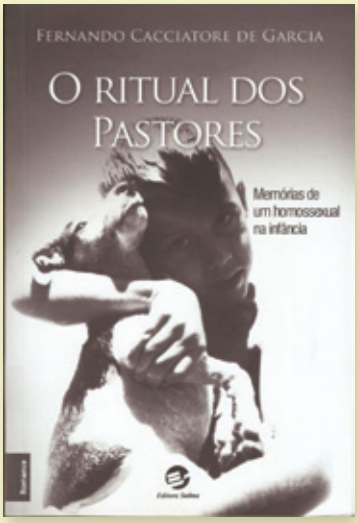
Michel Arslanian Neto:

A liberalização do comércio de serviços no Mercosul

(Brasília: Funag, 2010, 408 p.; ISBN: 978-85-7631-255-0)



Resultado de uma tese de CAE, esta obra de diplomacia negocial focaliza um setor que constitui o futuro do comércio mundial e também regional, mas que também apresenta inúmeros obstáculos regulatórios. Mais até do que as chamadas assimetrias estruturais ou as diferenças de legislações nacionais, a integração nos serviços registra dificuldades especiais, em razão da diversidade intrínseca ao setor e do fato de que muitos deles não são exatamente comercializáveis. O autor propõe combinar a metodologia "negativa" – abolição de barreiras – com a implementação da liberalização "positiva", ou seja, adoção de políticas comuns. O caminho, no entanto, é longo, como demonstrado pela distância entre a assinatura do Protocolo de Montevidéu (1997), apenas um acordo-quadro, e sua complementação por compromissos específicos, lentos, difíceis, quase inócuos.



Fernando Cacciatore de Garcia:

O ritual dos pastores: memórias de um homossexual na infância (romance)

(Porto Alegre: Editora Sulina, 2011, 263 p.; ISBN: 978-85-205-0605-9)

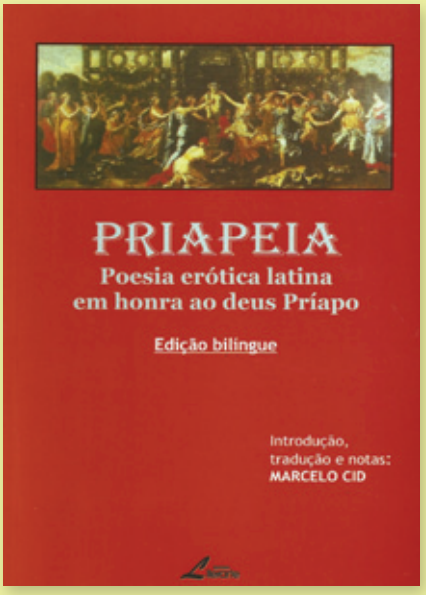
O capítulo que fornece o título deste livro do diplomata historiador constitui o relato central de uma história intimista, sob a forma de biografia romanceada, de um garoto que refaz a arqueologia de sua sexualidade em duas capitais brasileiras de meados do século passado. A narrativa prende, em primeiro lugar, pela sinceridade, pela abertura e pela coragem com que são refeitos tantos episódios marcantes de uma trajetória pessoal que é, ao mesmo tempo, um relato da vida no Brasil quando este deixava de ser uma sociedade tradicional, patriarcal e machista para assumir-se como uma nação urbana, industrializada e de costumes mais livres. O romance também captura o leitor pela alta qualidade da escrita, revelando um domínio magistral da língua, com expressões refinadas, carregadas de significados que os intuitivos decifrarão ao seu gosto. Um belo ritual de iniciação na literatura das sensibilidades.

Marcelo Cid (introdução, tradução e notas):

Priapeia: poesia erótica latina em honra ao deus Príapo – edição bilíngue

(Jundiaí, SP: Editora Literarte, 2010, 80 p.; ISBN: 978-85-7487-044-3).

Os latinistas ficarão com as páginas pares, onde estão os poemas originais; os *voyeurs* e obcecados vão direto às páginas picantes da direita, que tratam de nádegas e outras partes pudendas envolvidas na lascívia de poetas despudorados. O deus Príapo sempre foi representado com um membro enorme, o desejo secreto dos homens da Grécia Antiga e da Roma Clássica (não só lá). Os que conseguirem se destacar das insinuações maliciosas – quem sabe, até, pornográficas? – poderão comprovar o excelente latinista que é Marcelo Cid, qualidade já revelada em uma obra anterior, *Philobiblion*, do erudito inglês do século XIV, Richard de Bury, cuja versão dessa homenagem aos livros ele assegurou com notável competência. As poesias eróticas são, talvez, um *divertissement*, mas podem conquistar, ou excitar, latinistas práticos...



Embaixador Ramiro Elysio Saraiva Guerreiro

Em 19 de janeiro deste ano, o Itamaraty e o Brasil perderam um homem que foi exemplo de capacidade profissional, ética, fineza de trato e discrição. Lembranças carinhosas e bem-humoradas de sua maneira peculiar de concentrar-se de olhos fechados e com o cigarro entre os dedos, aparentemente adormecido, mas capaz de repetir todas as palavras de seu interlocutor, são evocadas.

Mas creio que o mais importante de sua atividade diplomática passou despercebido. Mesmo em sua autobiografia, talvez pela referida discrição, ele deixou de mencioná-lo: os debates sobre a Convenção Internacional sobre o Direito do Mar. Neles, primeiramente conseguiu substituir a expressão "plataforma continental" por "leito do mar". Para os menos avisados, pareceria mera questão semântica, todavia, como a plataforma continental não é homogênea e, por vezes, é bastante estreita, a importância da mudança é óbvia. Depois, seguindo a técnica do "pedir o mais para conseguir o menos", insistiu nas 200 milhas de mar territorial para conseguir o que realmente nos interessava: o mar patrimonial, ou seja, a Zona Econômica Exclusiva (ZEE).

Os benefícios de tal sucesso são incalculáveis. A maior parte de nosso petróleo encontra-se *off-shore* e fora dos limites da plataforma continental. Portanto, tivemos assim o embasamento jurídico necessário à sua exploração, e mesmo para a do pré-sal, em futuro que esperamos ocorra brevemente. Consequentemente, o Brasil pôde atingir autossuficiência na produção desse recurso básico a tantos setores da indústria e do consumo. Ademais, o fato de nossas jazidas se encontrarem na região abissal, levou a Petrobras a desenvolver e exportar tecnologia que ainda hoje é a mais avançada do mundo para a prospecção de petróleo em águas profundas.

No célebre Discurso de Marco Antônio aos Romanos, da peça *Júlio César*, Shakespeare escreveu: "O mal que os homens fazem lhes sobrevive, o bem é frequentemente enterrado com seus despojos". Que esse bem não permaneça enterrado e esquecido e seja o mérito atribuído a quem de direito: embaixador Ramiro Elysio Saraiva Guerreiro.

Ministro Carlos Augusto Loureiro de Carvalho

Embaixador David Silveira da Mota Jr.

Falecido em 16/1/2011

Conheci David Silveira da Mota Jr. na Bolívia, quando das negociações do acordo sobre petróleo, ultimado em Roboré.

Tornamo-nos amigos e acompanhei sua carreira, que, com exceção de dois anos na Presidência da República, governo Kubitschek, foi toda dedicada ao Ministério das Relações Exteriores.

Tendo servido inicialmente na Missão do Brasil junto à ONU, adquiriu enorme experiência e participou durante mais de duas décadas em suas atividades.

Foi membro das delegações do Brasil a dezoito Assembleias Gerais da ONU, Nova Iorque, no período de 1953 a 1974. Relator (1966) e presidente (1969) da quinta Comissão da Assembleia Geral. Membro eleito do Comitê de Contribuições da ONU, 1963-1978, para citar apenas suas contribuições mais valiosas à Organização.

No decorrer de sua profícua carreira foi secretário-geral adjunto para Assuntos da Europa Oriental e Ásia (1967-1970). Como ministro exerceu as funções de ministro plenipotenciário na África do Sul (*apartheid*) e de embaixador na Argélia. Foi ainda embaixador na Venezuela, na Bélgica e em Luxemburgo e no Uruguai.

Dotado de uma inteligência lúcida, bela cultura e enorme capacidade de trabalho, serviu ao Itamaraty, com notável eficiência, por mais de quarenta anos. Considerado um chefe exigente, o foi, sobretudo, consigo mesmo.

Cumpriu seu dever de cidadão e diplomata de forma exemplar.

Essa é a lembrança que guardo dele.

Embaixador Marcel Dezon Costa Hasslocher

Embaixador Oswaldo Biato

Em 24 de janeiro deste ano faleceu, em Brasília, o embaixador Oswaldo Biato, que nasceu no Rio de Janeiro em 1927 e ingressou na carreira diplomática em 1954. Serviu em Buenos Aires, Pretória, Washington, Haia, Camberra, Nova Orleans e Acra, tornando-se bem conhecido dos colegas mais jovens devido à permanência em Brasília, entre 1976 e 1981, quando participou da direção do Instituto Rio Branco, que fora transferido do Rio de Janeiro, e da sua instalação na capital.

Temperamento discreto, fazia questão de não exibir suas qualidades, muitas vezes só percebidas pelos amigos, o que não impediu que se tornasse reputado pela seriedade e pela dedicação ao trabalho. Oswaldo deixou dois filhos no Itamaraty: Oswaldo Júnior, que se prepara para assumir a nova Embaixada no Cazaquistão, e Marcel, embaixador em La Paz.

Oswaldo Biato foi presidente do Conselho Fiscal da ADB.

Embaixador Sérgio Guarischi Bath

Expediente

DIRETORIA DA ADB
Embaixador Guy M. Castro Brandão – Presidente
Ministro Paulo Roberto de Almeida – Vice–presidente executivo
Ministro Carlos Augusto Loureiro de Carvalho – Diretor
Conselheiro Adriano Silva Pucci – Diretor
Secretário Rômulo Milhomem Freitas Figueira Neves – Diretor

CONSELHO FISCAL
Embaixador Oscar Soto Lorenzo Fernandez - Presidente
Conselheiro Francisco Hermógenes de Paulo
Conselheiro Murillo Basto Júnior

SECRETARIADO DA ADB
Gerente administrativo: Térsio Arcúrio
Assistente administrativa: Jacqueline Francisca da Cruz

ADB
Boletim da Associação dos Diplomatas Brasileiros
Ano XVII – nº 73
Edição Abril/Maio/Junho de 2011 – ISSN 0104–8503

CONSELHO EDITORIAL
Guy M. de Castro Brandão
Paulo Roberto de Almeida
Adriano Silva Pucci
Carlos Augusto Loureiro de Carvalho
Rômulo Milhomem Freitas Figueira Neves

REPORTAGEM
Flávia Medeiros e Lívia Barreto

EDIÇÃO
Rogério dy la Fuente e Lívia Barreto

REVISÃO
Cecilia Fujita e Joíra Coelho

PROJETO GRÁFICO
Fabrício Martins e Wagner Ulisses

CAPA E DIAGRAMAÇÃO
Guilherme Werner

FOTO DA CAPA
Stéferson Faria/Agência Petrobras

IMPRESSÃO
Athalaia Gráfica e Editora

TIRAGEM
3 mil exemplares

liberdade de expressão
agência e assessoria de comunicação
Diretora responsável
Patrícia Cunegundes
(61) 3349 2561

ADB – Associação dos Diplomatas Brasileiros
Ministério das Relações Exteriores – Esplanada dos Ministérios
Palácio do Itamaraty, Anexo I, 3º andar, sala 329–A
70170–900 – Brasília – Brasil
Fones: (61) 3411 6950 e 3224 8022 Fax: (61) 3322 0504
www.adb.org.br – e–mail: adb.diplomatas@gmail.com